



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 14ª REGIÃO

Plano Anual de Capacitação 2025





COMPOSIÇÃO

COMPOSIÇÃO

Egrégio TRT da 14ª Região
(biênio 2025/2026)

PRESIDENTE

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR

CARLOS AUGUSTO GOMES LÔBO

DESEMBARGADORES DO TRABALHO

(Ordem de antiguidade)

SOCORRO GUIMARÃES

MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA

CARLOS AUGUSTO GOMES LÔBO

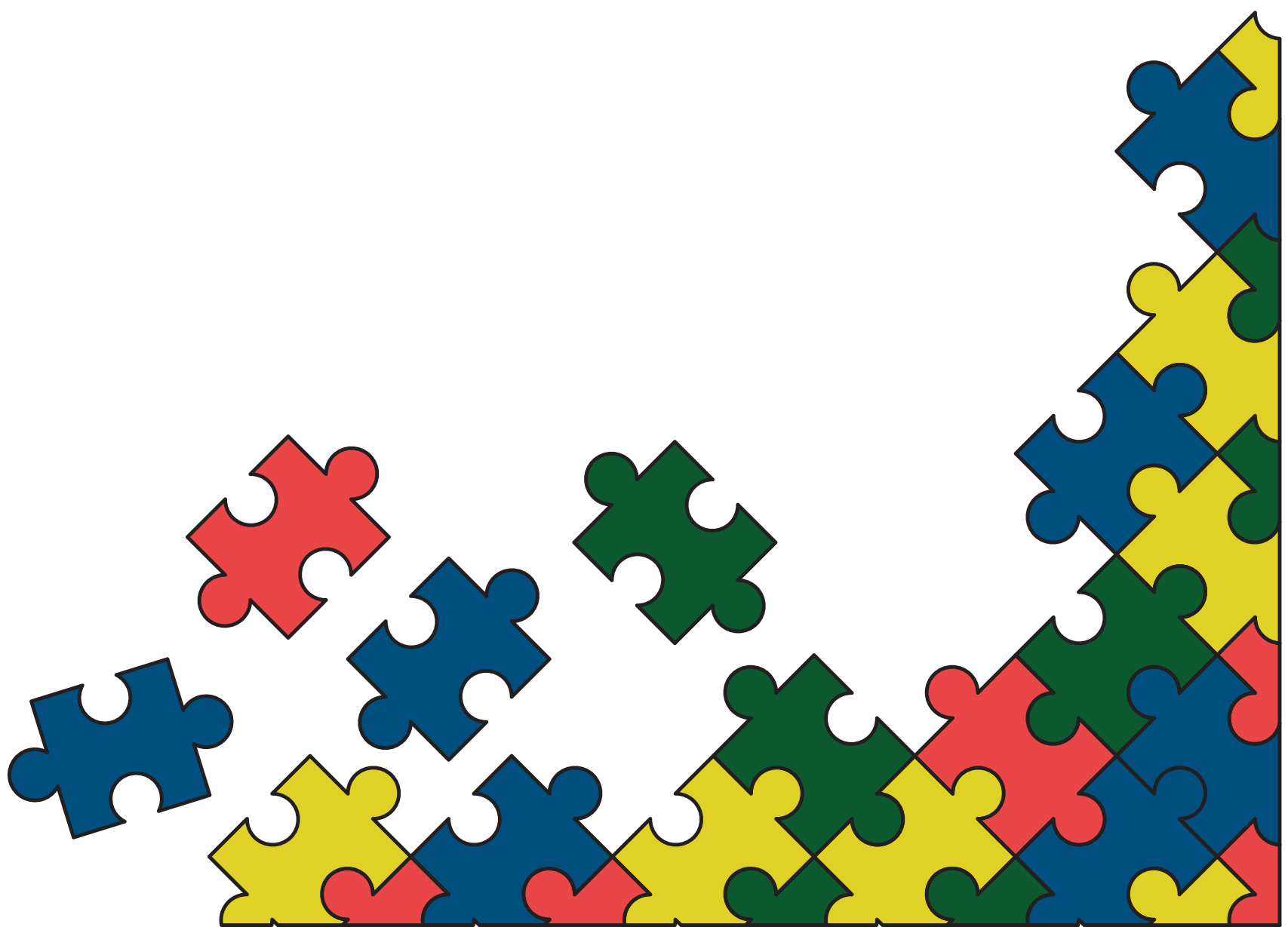
VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR MONTEIRO

ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR

FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ

SHIKOU SADAHIRO

OSMAR JOÃO BARNEZE





COMPOSIÇÃO

COMPOSIÇÃO

Escola Judicial
(Biênio 2025/2026)

DIRETORA DA ESCOLA

Desembargadora do Trabalho Maria Cesarineide de Souza Lima

VICE- DIRETORA DA ESCOLA

Agnes Marian Ghtait Moreira das Neves

MEMBROS DO CONSELHO CULTURAL-PEDAGÓGICO

Desembargadora do Trabalho Maria Cesarineide de Souza Lima

Desembargador do Trabalho Shikou Sadahiro

Juíza do Trabalho Andrea Alexandra Barreto Ferreira

Juiz do Trabalho Vicente Angelo Silveira Rego

SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIAL

Anathielle Silverio de Lima Oliveira

ASSISTÊNCIA EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIAL

Ariel Rodrigues do Santos

SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS

Elizete Oliveira Mendonça Marceau

Maria Cristina Borges Lisboa

SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Ana Paula Domingos Salvador

Cibele Penha Ricci da Silva

Maria Eleide Batista de Sales Mendes

Luiz Gonzaga da Silva

SEÇÃO DE APOIO À GESTÃO DO CONHECIMENTO

Willian Ferreira Coutinho



SUMÁRIO



1. APRESENTAÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA	6
3. OBJETIVO	7
3.1. OBJETIVO GERAL	7
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
4. IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES	8
5. PERSPECTIVAS	9
6. METODOLOGIA DAS AÇÕES FORMATIVAS	10
7. CURSOS OBRIGATÓRIOS	11
8. CURSOS DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DO TRT14	13
9. AMBIENTAÇÃO INICIAL DOS SERVIDORES	16
10. FORMAÇÃO CONTÍNUA AOS MAGISTRADOS E MAGISTRADAS	16
11. AVALIAÇÃO	18
12. CERTIFICAÇÃO	19
13. REFERÊNCIAS	20
AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS PARA O ANO DE 2025 POR MÊS	21





O Plano de Capacitação da Escola Judicial para o exercício de 2025 foi elaborado com base na identificação das necessidades formativas das diversas áreas do Tribunal, em articulação com comitês, subcomitês e comissões. O processo seguiu em alinhamento ao Plano Estratégico Institucional e em conformidade com as diretrizes gerais do Estatuto da Escola Nacional da Magistratura (**ENAMAT**).

Com base no levantamento dos instrumentos utilizados para organizar e sistematizar as atividades de qualificação destinadas a magistrados(as) e servidores(as), foram consideradas as estratégias administrativas e pedagógicas das entidades envolvidas. A Direção da Escola Judicial do TRT14 priorizou as propostas avaliadas, com destaque para as capacitações de natureza obrigatória, o que resultou na elaboração do Plano de Capacitação para o exercício de 2025.

Dessa forma, o planejamento das formações previstas para 2025 foi fruto de um esforço coletivo, focado na identificação das necessidades formativas de magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, abrangendo as diversas áreas de atuação do órgão.

Inicialmente, destaca-se que o levantamento das necessidades formativas foi realizado de maneira coletiva, envolvendo diversas áreas do Tribunal, a equipe da EJUD14 e a colaboração da Secretaria de Gestão de Pessoas. Esse processo teve como referência principal o Mapa Estratégico Nacional do Poder Judiciário, que orientou a definição de iniciativas com base em suas perspectivas e macrodesafios. Além disso, foram observadas as diretrizes da ENAMAT, o Plano de Gestão 2025-2026 e o alinhamento com o planejamento estratégico elaborado pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

É importante registrar que a formação do quadro funcional do TRT14 tem como objetivo ser abrangente e integrada, oferecendo subsídios para o aprofundamento do conhecimento a partir de uma perspectiva crítica. Essa abordagem busca preparar magistrados(as) e servidores(as) para, cientes da realidade social, assumirem o compromisso com a eficiência e a efetividade da atividade jurisdicional. Assim, promove-se uma integração mais harmoniosa entre lei e direito, ideia e ação, sempre sob a supervisão pedagógica da EJUD14.

Este plano foi desenvolvido com a valiosa mentoria da docente Acácia Zeneida Kuenzer, especialista em elaboração de planos para Escolas Judiciais. Realizado em 2023, o processo metodológico e conceitual que fundamenta este projeto possibilitou a continuidade e o aperfeiçoamento das iniciativas conduzidas pela Escola Judicial.





Em 2025, a Direção da Escola Judicial priorizará a oferta de ações formativas e eventos direcionados tanto a magistrados(as) quanto a servidores(as), com o objetivo de atender às demandas das diversas áreas do Tribunal da 14ª Região.

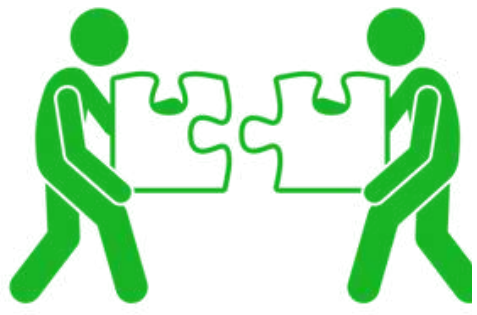
Com temas relevantes e foco na valorização e no aperfeiçoamento profissional, a proposta visa criar oportunidades para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais essenciais ao desempenho qualificado das funções exercidas no Tribunal. Além disso, busca-se garantir a regularidade na oferta de cursos sobre temáticas atuais e pertinentes, promovendo a qualidade nas atividades desempenhadas e nas entregas realizadas à sociedade.

A proposta está alinhada à legislação vigente, bem como às normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), assegurando sua conformidade com os padrões institucionais e regulatórios.

Por meio da execução deste plano, a Escola Judicial do TRT14ª busca promover uma integração consistente entre teoria e prática, proporcionando uma formação abrangente e eficaz que qualifica os profissionais do Tribunal para o pleno exercício de suas funções.

Com enfoque prático e alinhado às demandas contemporâneas, a Escola Judicial fortalece a excelência e a competência no desempenho das responsabilidades institucionais, contribuindo para a efetividade e a eficiência do sistema de Justiça.



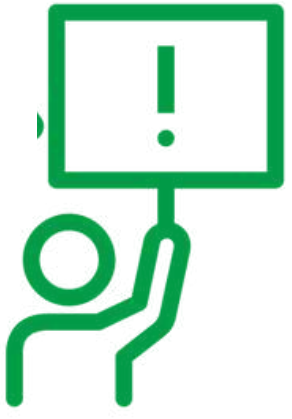


3.1 OBJETIVO GERAL

- Promover, em 2025, ações formativas e estratégicas que fortaleçam as competências essenciais de magistrados(as) e servidores(as), alinhadas às dimensões estratégicas do Tribunal, visando ao aprimoramento do desempenho profissional, à promoção de relações interpessoais de qualidade e ao desenvolvimento de um ambiente propício à eficiência institucional e ao crescimento contínuo.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitar magistrados(as) e servidores(as) para identificar e solucionar lacunas em suas atividades, assegurando a execução eficiente de suas funções nas dimensões jurídicas e não jurídicas, com foco na interdisciplinaridade e no bom desempenho profissional no âmbito do Tribunal.
- Desenvolver competências técnicas em magistrados(as) e servidores(as), promovendo a efetividade trabalhista e o uso adequado de ferramentas jurídicas, com ênfase em equidade, analogia, direito comparado e seus princípios, além de fomentar práticas éticas, a conciliação e a pacificação social.
- Preparar servidores(as) para aprimorar seu desempenho no serviço público, garantindo a execução de suas atividades no Tribunal com qualidade, celeridade e eficiência.
- Possibilitar a magistrados(as) e servidores(as) o acesso a saberes interdisciplinares, indispensáveis para o exercício da atividade jurisdicional, ampliando conhecimentos além da formação jurídica acadêmica tradicional.
- Favorecer a integração entre magistrados(as), servidores(as) e a sociedade por meio de ações formativas e sociais, envolvendo o Tribunal em projetos e iniciativas que promovam engajamento e responsabilidade social.



4 IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES

A identificação das necessidades de aperfeiçoamento dos magistrados(as) e servidores(as) da Escola Judicial do TRT14, para o ano de 2025, foi fundamentada em diversas fontes, com o objetivo de garantir uma formação alinhada às demandas institucionais e aos desafios do Judiciário trabalhista. Os principais fatores considerados foram:

- **Atividades obrigatórias** indicadas pelos órgãos superiores da Justiça, que visam à capacitação contínua e ao cumprimento de normativas que regulam a atuação dos profissionais da Justiça.
- **Objetivos estratégicos do TRT14**, que definem as áreas prioritárias para o Tribunal e orientam a oferta de ações formativas alinhadas às suas metas institucionais.
- **Gaps das unidades do Tribunal**, sinalizados pela Secretaria de Gestão de Pessoas, que enviou sugestões e demandas fundamentadas por meio de memorandos, possibilitando a análise detalhada das necessidades específicas de cada setor.
- **Alterações legislativas relevantes** para a Justiça do Trabalho, que exigem a atualização constante dos profissionais em relação às novas normativas, jurisprudências e práticas legais.
- **Desenvolvimento de competências específicas** para o Judiciário trabalhista, com foco na melhoria das práticas judiciais e administrativas que impactam diretamente a efetividade e a eficiência do serviço prestado.
- **Análise de necessidades educacionais**, que levou em consideração o levantamento das competências a serem aprimoradas, seja nas áreas jurídicas ou em outras que impactem a gestão e o funcionamento do Tribunal.
- **Indicações da Direção da Escola**, com foco em temas técnicos e jurídicos relevantes, baseadas nas tendências atuais do Direito do Trabalho e nas demandas internas do Tribunal.

Essa identificação de necessidades visa promover uma capacitação estratégica e eficaz, que atenda às exigências do Tribunal e prepare os profissionais para os desafios do ano de 2025.





5 PERSPECTIVAS

Para atender de maneira organizada e estratégica às necessidades de capacitação do Tribunal, as atividades da EJUD14 em 2025 serão estruturadas com base em ações formativas e eventos, alinhadas a perspectivas claras e objetivos institucionais. Essa abordagem visa garantir uma formação contínua e integrada, que não apenas atenda às demandas imediatas dos servidores(as) e magistrados(as), mas também promova um desenvolvimento profissional sustentável a longo prazo.

As ações formativas serão desenvolvidas com foco na atualização constante dos conhecimentos, no aprimoramento das competências técnicas e comportamentais, auxiliando na construção de um ambiente de trabalho colaborativo, inclusivo e eficiente. Além disso, eventos específicos serão organizados para fortalecer a troca de experiências, promover a reflexão crítica e estimular a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

O alinhamento dessas atividades com os objetivos estratégicos do Tribunal garantirá que as ações de capacitação atendam diretamente às necessidades do Tribunal da 14ª Região, contribuindo para a excelência na gestão e na prestação jurisdicional.



O objetivo da Escola Judicial do TRT14 para 2025 é oferecer ações formativas contínuas que contribuam para a construção de uma cultura organizacional focada no desenvolvimento da excelência, com ênfase na obtenção de resultados que atendam às expectativas da sociedade por serviços públicos eficientes e eficazes.

A metodologia adotada combina teoria e prática, com foco na realidade profissional dos magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal. A prática laboral é enfatizada, promovendo a interdisciplinaridade e incentivando o protagonismo dos participantes, de modo a facilitar a aplicação dos conhecimentos no contexto cotidiano do trabalho.

Para garantir uma capacitação eficaz, a EJUD14 utiliza metodologias ativas e estratégias diversificadas que proporcionam uma aprendizagem significativa, alinhada às necessidades gerais e específicas do público-alvo. Com isso, busca-se o aprimoramento contínuo das competências profissionais, tanto nas áreas técnicas quanto nas comportamentais.

As ações formativas oferecidas pela EJUD14 estão estruturadas em diversas modalidades — a distância, direta, presencial e telepresencial —, assegurando acesso amplo ao conhecimento e promovendo a flexibilidade necessária para que magistrados(as) e servidores(as) possam continuar seu processo de capacitação de forma contínua e adaptável às suas agendas.



O Plano de Capacitação da Escola Judicial do TRT14 para 2025 incluirá um total de 32 cursos obrigatórios, propostos com base nos normativos da Escola Nacional de Formação de Magistrados (ENAMAT), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e legislação vigente.

Essa oferta de cursos foi planejada para garantir a realização estratégica das iniciativas educacionais e atender às necessidades formativas constantes dos magistrados(as) e servidores(as), alinhadas com a missão, visão, objetivos e valores do Poder Judiciário Nacional.

Os cursos **obrigatórios** incluem:

- Formação Inicial de Magistrados;
- Formação Continuada de Magistrados;
- Desenvolvimento Gerencial (Encontro de Gestores - Indicadores de Desempenho em Audiências: Melhorar Resultados com Sistemas Eletrônicos);
- Reciclagem Anual da Atividade de Segurança (técnicas Operacionais, segurança de dignitários entre outros);
- Novas Tecnologias e Ética nas Redes Sociais;
- Formação de Supervisores e Coordenadores de Cejusc;
- Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho e sobre Sustentabilidade (Agenda 2030);
- Libras na Justiça do Trabalho;
- Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual;
- Acessibilidade e Inclusão - Direito das Pessoas com Deficiência;
- Inovação na Justiça do Trabalho;
- Gestão de Precatórios e RPVs e Atualização da Legislação de Precatórios;
- Programa Trabalho Seguro;
- Formação em Direitos Humanos;
- Segurança da Informação;
- Direito ao Acesso ao Judiciário de Pessoas e Povos Indígenas - Interculturalidade e Justiça: Caminhos para um Direito Inclusivo e Plural;
- PJe - Processo Judicial Eletrônico de 1º e 2º Graus;
- Gestão de Teletrabalho;

7. CURSOS OBRIGATÓRIOS

12



- Linguagem Simples no Poder Judiciário;
- Gestão Documental;
- Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas Interseccionalidades;
- Programa de Preparação para Aposentadoria para Magistrados – PPA;
- Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância;
- Identidade de Gênero e Igualdade de Gênero;
- Cooperação Judiciária;
- Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro – Questão Racial;
- Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades;
- Plano Anual de Capacitação das Áreas de Aquisições;
- Plano Anual de Capacitação da área de Controle Interno;
- Plano Anual de Capacitação para os servidores de TI e Segurança da Informação;
- Identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva.

Esses cursos visam promover a atualização contínua, a conscientização sobre temas relevantes, o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais essenciais e a garantia da eficiência e eficácia na atuação dos profissionais do Tribunal.

8. CURSOS DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DO TRT14

13



Os cursos previstos no Plano de Capacitação de 2025 incluem, além dos obrigatórios, 48 cursos adicionais, definidos a partir de um levantamento realizado por meio de questionário, no qual os servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região participaram de forma ativa. Essa iniciativa teve como objetivo identificar as principais demandas e necessidades formativas do corpo funcional.

Essa metodologia evidencia o compromisso com a valorização e o desenvolvimento contínuo de magistrados(as) e servidores(as), assegurando que as ações educacionais estejam alinhadas à missão, visão, objetivos estratégicos e valores do Poder Judiciário Nacional.

A proposta busca fomentar a excelência no aprendizado e fortalecer a capacidade institucional para o desempenho eficaz de sua função pública essencial.

Os cursos indicados incluem:

- Curso de Sucessão Profissional (Política de Sucessão);
- Curso de Protocolo de Julgamento na Perspectiva de Gênero;
- Curso Segurança Cibernética e da Informação;
- Curso de Governança e Gestão das Contratações - Gestão de Riscos nas Contratações, Fase de Planejamento, Plano de Logística Sustentável, Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;
- Curso de Gestão de contratos terceirizados - Planilha de Custos, Formação de Preços e Terceirização;
- Curso sobre Conta Vinculada e Suprimento de Fundos;
- Curso de Penhora e Avaliação Patrimonial de Bens;
- Gestão de Mudanças e Resiliência Profissional;
- Curso Avançado de Ferramentas de Execução;
- Curso Formação Inicial de Coordenadores, Supervisores, Conciliadores e Mediadores (Parte Teórica e Prática);
- Curso Intermediário e/ou Avançado de Inteligência Artificial;
- Curso de Cálculos Trabalhistas (PJe Calc) - Incluir o tema "apreciar as impugnações aos cálculos (art. 879, parág. 2º, da CLT) propondo estratégias e soluções a casos práticos";
- Curso de Direitos Humanos;
- Curso de Juros e Correção/Atualização monetária e incidência tributária;
- Curso de Precedentes no Processo do Trabalho;

8. CURSOS DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DO TRT14

14



- Curso de Elaboração de Minuta de Voto;
- Curso Avaliação Biopsicossocial da Pessoa com Deficiência, destinado à equipe multidisciplinar da Saúde;
- Curso de Sistema SIGs, destinado a servidores da área de saúde;
- Curso de Liderança Feminina – alinhado à Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina;
- Curso em Legislação de Pessoal;
- Cursos de finanças públicas, Tesouro Gerencial e atualização em retenções tributárias;
- Curso de Admissibilidade do Recurso de Revista;
- Curso de Crédito de Carbono e Compensação Ambiental de gases de Efeito Estufa;
- Curso de Gestão do Tempo e Produtividade;
- Curso de Gestão Pública;
- Curso de Atendimento Inclusivo ao público: Estratégias para o atendimento a Grupos Minorizados e Pessoas com Deficiência;
- Curso de Processo de Sindicância e Administrativo Disciplinar (PAD);
- Curso de Elaboração de Ementas (Recomendação CNJ no 154/2024);
- Curso de Gestão de Redes e Estratégias Digitais, voltado para área da Comunicação;
- Curso de Produção de Vídeo e Áudio, Design e gestão de dados para área de Comunicação;
- Curso de Gestão por competências;
- Curso de Liderança e Motivação;
- Curso de Clima e Cultura Organizacional;
- Curso de Gestão Estratégica de Equipes;
- Curso de Saúde e Qualidade de Vida;
- Curso de Gestão de Processos;
- Curso de Inteligência Emocional;



8. CURSOS DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DO TRT14

15



- Curso de Acessibilidade, Inclusão e Direito das Pessoas com Deficiência
- Curso de Combate ao Assédio Sexual e Moral no Ambiente de Trabalho;
- Curso de Minuta de Sentença;
- Curso de Produção de Textos Jurídicos;
- Curso de Inovação no Judiciário Trabalhista
- Curso de Gestão de Equipes em Teletrabalho;
- Curso de Comunicação e Relacionamento Interpessoal;
- Congresso Interinstitucional do TRT da 14ª Região, MPT/RO e Unir/RO;
- Curso de Direito Processual do Trabalho – Fase de Conhecimento e Liquidação;
- Curso dos Sistemas e-Gestão e i-Gest;
- Curso de Reciclagem para Brigadistas – Formação de Brigada de Incêndios;
- Curso de Direito Coletivo do Trabalho;
- Curso de Direito Civil/Processual Civil,
- Curso de Sistemas Informatizados: Proad, Portal de atendimento e Drive;
- Curso de Gestão de Resultados;
- Encontro de Assessores e Assistentes de Juízes do TRT14(II Encontro de Diálogos Verticais: Fortalecendo a Cooperação Entre o Poder Judiciário);
- Cursos Avulsos referente aos Sistemas: Sigep, folhaweb e e-social;
- Curso de Sistema SIGEO-JT para gestores e fiscais – módulos de Planejamento e Acompanhamento e de Execução Financeira.

9. AMBIENTAÇÃO INICIAL DOS SERVIDORES

16



A ambientação Inicial tem por objetivo apresentar a instituição ao novo servidor(a), promovendo a interação com as áreas estratégicas do TRT14. Essa etapa de formação inicial é conduzida pela Gestão de Pessoas. Já as formações continuadas são realizadas pela Escola Judicial, visando proporcionar aos novos servidores um aprendizado contínuo, além de fomentar o aprimoramento e a atualização de seus conhecimentos.

10. FORMAÇÃO CONTÍNUA AOS MAGISTRADOS E MAGISTRADAS



O **Plano de Capacitação de 2025** contempla, além dos cursos obrigatórios, dos cursos direcionados para o público geral do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, um quantitativo de **18 cursos específicos aos magistrados e magistradas**, definidos com base em um **levantamento realizado por meio de questionário**. Essa consulta contou com a participação ativa dos magistrados e magistradas do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com o objetivo de identificar as principais demandas e necessidades formativas do corpo judicante.

Essas ações planejadas serão realizadas no **Encontro Institucional de Magistrados**, que ocorrem duas vezes ao ano, proporcionando um espaço de aprendizagem voltado ao aprimoramento profissional e ao alinhamento estratégico com as diretrizes do Poder Judiciário Nacional.

Essa abordagem reforça o **compromisso com a valorização e o desenvolvimento** contínuo de magistrados(as), garantindo que todas as ações educacionais estejam plenamente alinhadas à missão, visão, objetivos estratégicos e valores do Poder Judiciário.



Os cursos **indicados** incluem:

- Curso de Controle de Convencionalidade;
- O Direito e o Processo do Trabalho nas Recuperações Judiciais e Falências;
- Curso de Ferramentas Eletrônicas de Pesquisas de Bens e Pessoas;
- Curso de Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Trabalhista;
- Curso de Instrução Probatória do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital;
- Curso de Produção e Análise de Provas Digitais no Processo do Trabalho;
- Curso de LGPD e seus Impactos nas Relação de Trabalho;
- Curso de Administração de Varas do Trabalho;
- Curso de Direito Previdenciário Aplicado às Relações de Trabalho;
- Prova Pericial em Acidentes e Doenças Ocupacionais;
- Curso de Elaboração de Minuta de Sentença;
- Comunicação Não Violenta ou Assertiva nas Relações de Trabalho;
- Curso de Responsabilidade Civil e Indenizações nos Acidentes de Trabalho;
- Curso sobre Análise Econômica do Direito e o Impacto Social das Decisões Trabalhistas;
- Curso de Aplicação do Código de Processo Civil no Processo do Trabalho;
- Curso de Inovações Legislativas no Direito do Trabalho e Processo do Trabalho;
- Curso de Elaboração de Minuta de Acórdão;
- Curso de Cálculo e Liquidação.



A metodologia de avaliação adotada pela EJUD14 no Plano de Capacitação para 2025 é flexível e adaptável às características específicas de cada curso ou evento proposto, com o objetivo de complementar o processo de aprendizado e oferecer uma visão estratégica e completa sobre o desenvolvimento e os resultados das iniciativas educacionais. O processo avaliativo é estruturado em diferentes modalidades, que se integram para monitorar e aprimorar continuamente as ações formativas. Essas modalidades incluem:

- **Avaliação Diagnóstica:** Identifica o nível inicial de conhecimentos, competências, dificuldades e necessidades dos magistrados(as) e servidores(as) antes do início do processo de ensino-aprendizagem, permitindo o planejamento de ações mais alinhadas às demandas identificadas.
- **Avaliação Formativa:** Realizada ao longo do processo, monitora o progresso dos participantes, oferecendo feedback contínuo. Essa abordagem possibilita ajustes e melhorias durante a execução das ações formativas, garantindo maior eficácia no alcance dos objetivos.
- **Avaliação de Resultados:** Aplica-se ao final de uma etapa, programa ou projeto, com o objetivo de verificar o cumprimento dos objetivos propostos e analisar os resultados obtidos, permitindo medir a efetividade das ações desenvolvidas.
- **Avaliação de Impacto:** Realizada após a conclusão de um projeto, em um prazo maior (meses ou até anos), com a finalidade de observar mudanças sustentáveis decorrentes das ações formativas. Essa avaliação busca identificar como os conhecimentos adquiridos foram aplicados na prática e os impactos gerados na atuação profissional.

Essas etapas de avaliação são essenciais para garantir a qualidade e a efetividade do Plano de Capacitação, contribuindo para o aprimoramento contínuo das competências técnicas e comportamentais de magistrados(as) e servidores(as), alinhadas aos objetivos estratégicos do Tribunal e às demandas da sociedade.



A validação das horas realizadas em atividades pedagógicas promovidas pela Escola Judicial do TRT14 segue critérios rigorosamente definidos pelos normativos aplicáveis. Para magistrados(as), a certificação observa as disposições estabelecidas pela Resolução ENAMAT n. 28/2022, de 29 de setembro de 2022. Já para servidores(as), a concessão de certificação e a validação de horas cumprem os requisitos previstos na Resolução CSJT n. 159, de 27 de novembro de 2015.

Além disso, o lançamento das atividades no Sistema SIGEP é fundamental para fins de concessão do Adicional de Qualificação, assegurando que o esforço de capacitação seja formalmente reconhecido e contribua para o aprimoramento contínuo dos integrantes do Tribunal. Esse processo reforça o compromisso da EJUD14 com a valorização e o desenvolvimento de magistrados(as) e servidores(as), alinhados às melhores práticas institucionais e às exigências normativas vigentes.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução n. 325, de 29 de junho de 2020 Diário da Justiça [do] Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, n. 325, p. 10, Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado1802422022060962a235c29d678.pdf>. Acesso em 11 dez.2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução n. 159, de 12 de novembro de 2012. Diário da Justiça [do] Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, n. 208, p. 3-4, 13 nov. 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=972> . Acesso em: 18 dez. 2023.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO (Brasil). Resolução n. 28/ENAMAT, de 28 de setembro de 2022. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho: caderno administrativo [da] Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, Brasília, DF, n. 3569, p. 4-21, 29 set. 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/207173>. Acesso em: 18.dez. 2023.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO. (Brasil) Portaria GP 1664/2019. Site Eletrônico da Justiça do Trabalho 14ª Região. Disponível em: <https://portal.trt14.jus.br/portal/escola-judicial-legislacao> . Acesso em 08/01/2024.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (15. Região). Escola Judicial.Plano Anual da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15a Região. [Campinas, SP: EJUD,2023].Disponível em:https://drive.google.com/file/d/1_D5KPXyX0bACWx4by7QGEomTUfuB57Y6/view. Acesso em: 03 dez. 2023.



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS



Obs: As datas estabelecidas no calendário para os cursos estão sujeitas a alterações.

Janeiro/2025

JANEIRO
Em janeiro, dedicamos um período exclusivamente ao cuidadoso planejamento do Plano de Capacitação para o ano de 2025. Este processo foi realizado em plena sintonia com as diretrizes definidas pelo nosso Plano Estratégico Institucional.

Fevereiro/2025

FEVEREIRO				
Ação formativa	Data prevista	Público-alvo	Natureza da formação	Previsão Normativa
Formação de Supervisores e Coordenadores de Cejusc	03 a 07/02	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CSJT No 288, de 19 de março de 2021 Res. CSJT N.º 174, de 30 de setembro de 2016
Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho	12/02	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Ato Conjunto CSJT.TST.GP No 24, de 13 de novembro de 2014 - art. 13
Curso Segurança Cibernética e da Informação	21/02	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 396 de 07/06/2021
Curso de Gestão por competências	24 a 26/02	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 240 de 09/09/2016
Curso de Governança e Gestão das Contratações - Gestão de Riscos nas Contratações, Fase de Planejamento, Plano de Logística Sustentável, Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;	28/02	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 347 de 13/10/2020



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS



Março/2025

MARÇO				
Ação formativa	Data prevista	Público-alvo	Condição	Previsão Normativa
Sensibilização e capacitação contínua sobre Sustentabilidade (Agenda 2030)	03/03	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CNJ No 400 DE 16/16/2021 - ART 5o. §2o
Libras	03/03 a 04/08	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CSJT Nº 218. de 23 de março de 2018 - art 2o
Curso de Protocolo de Julgamento na Perspectiva de Gênero	08/03	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	RESOLUÇÃO N. 492, DE 17 DE MARÇO DE 2023./
Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual	10/03	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CNJ No 351 de 28 de outubro de 2020 - art. 16 e 18-a Obrigatório (Obs.: Art. 18-A.
Acessibilidade	20/03	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CNJ No 401 DE 16/06/2021 - ART. 17
Curso de Liderança e Motivação	21/03	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 192 de 08/05/2014
Diálogos Latino-Americanos	21/03	Magistrados (as) Servidores (as) e sociedade	Convênios Firmados	-
Curso de Gestão de Processos	24/03	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	
Curso de Gestão de contratos terceirizados - Planilha de Custos, Formação de Preços e Terceirização	27/03	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 169 de 31/01/2013



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS



Abril/2025

ABRIL				
Ação formativa	Data prevista	Público-alvo¹	Condição	Previsão Normativa
Inovação	01/04	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CNJ No 395/2021
Precatórios	09 a 11/04	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CSJT No 314, de 22 de outubro de 2021 - art. 57

¹ Público-alvo: a participação em eventos telepresenciais promovidos pela [EJUD14](#) é franqueada para sociedade em geral por meio do Canal da Escola no YouTube (<https://www.youtube.com/c/ESCOLAJUDICIALTRT14>)

Eventos Internacionais decorrentes de Acordos e ou Termos de Cooperação firmados. ex: Athenas Jus	09 a 11/04	Magistrados (as) e Servidores (as)	Convênios Firmados	-
Programa Trabalho Seguro	07/04 (em alusão ao dia Mundial da Saúde, conforme agenda institucional da Organização Mundial da Saúde - OMS)	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CSJT No 324, de 11 de fevereiro de 2022 - art. 2o. III
Curso sobre Conta Vinculada e Suprimento de Fundos	15/04	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 30 DE ABRIL DE 2020.
Curso de Clima e Cultura Organizacional	18/04	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 518 de 31/08/2023
Segurança da Informação	24 e 25/04	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CNJ No 396 de 07/06/2021 - art 19, IV



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS



Abril/2025

Curso de Penhora e Avaliação Patrimonial de Bens	29/04	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	
Curso de Gestão Estratégica de Equipes	30/04	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 325 de 29/06/2020

AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS



Maio/2025

MAIO				
Ação formativa	Data prevista	Público-alvo	Condição	Previsão Normativa
Formação Continuada de Magistrados - (Encontro Institucional)	07 a 09/05	Magistrados(as)	Obrigatório	Res. ENAMAT N.º 28, de 28 de setembro DE 2022
Curso de Inteligência Emocional	14/05	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	
Curso de Saúde e Qualidade de Vida	12/05	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 207 de 15/10/2015
Direito ao Acesso ao Judiciário de Pessoas e Povos Indígenas - Interculturalidade e Justiça: Caminhos para um Direito Inclusivo e Plural	16/05	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CNJ No 454 de 22 de abril de 2022 - art. 24
PJE - Processo Judicial Eletrônico	21 a 23/05	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CSJT no 185, de 24 de março de 2017
Curso de Inovação no Judiciário Trabalhista	25/05	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 395 de 07/06/2021
Curso Avançado de Ferramentas de Execução	26/05	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	
Digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário.	29/05	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CNJ No 469 de 31/08/2022



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS



Junho/2025

JUNHO				
Ação formativa	Data prevista	Público-alv o	Condição	Previsão Normativa
Desempenho em Audiências: Melhorar Resultados com Sistemas Eletrônicos	02/06	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	
Teletrabalho	03/06	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CSJT no 151, de 29 de maio de 2015
Congresso Interinstitucional do TRT da 14ª Região, MPT/RO e Unir/RO.	04 e 05/06	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	
Linguagem Simples	05 e 06/06	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Lei n. 13460/2017 - Art. 5, XIV
Curso Formação Inicial de Coordenadores, Supervisores, Conciliadores e Mediadores (Parte Teórica e Prática)	10/06	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	Resolução Nº 125 de 29/11/2010
Curso de Gestão de Equipes em Teletrabalho	13/06	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	Resolução Nº 227 de 15/06/2016
Gestão Documental	19 e 20/06	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CNJ N. 324, de 30 de junho de 2020
Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas Interseccionalidades	27/06	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Resolução CNJ nº 520/2023
Curso Intermediário e/ou Avançado de Inteligência Artificial	30/06	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	Resolução Nº 332 de 21/08/2020



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS



Julho/2025

JULHO				
Atividades	Data prevista	Público-alvo	Condição	Previsão Normativa
Programa de Preparação para Aposentadoria para Magistrados - PPA	02/07	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CNJ n. 526, de 20 de outubro de 2023
Curso de Combate ao Assédio Sexual e Moral no Ambiente de Trabalho	04/07	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 351 de 28/10/2020
Curso de Cálculos Trabalhistas (PJe Calc) - Incluir o tema "apreciar as impugnações aos cálculos (art. 879, <u>parág. 2º</u> , da CLT) propondo estratégias e soluções a casos práticos"	08/07	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	
Política Judiciária	11/07	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Resolução Nº 470 de 31/08/2022
Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância.	15/07	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	CNJ n. 470/2022
Curso de Acessibilidade, Inclusão e Direito das Pessoas com Deficiência	18/07	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 401 de 16/06/2021
Igualdade de Gênero	25/07	Magistrados (as) e Servidores (as)	Recomendado	Res. CNJ No 255 DE 04/09/2018 e Recomendação no 128, de 15 de fevereiro de 2022.



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS



Agosto/2025

AGOSTO				
Atividades	Data prevista	Público-alvo	Condição	Previsão Normativa
Formação Continuada de Magistrados - (Encontro Institucional)	13 a 15/08	Magistrados(as)	Obrigatório	Res. ENAMAT N.º 28, de 28 de setembro DE 2022
Novas Tecnologias e Ética nas Redes Sociais	11/08/2025	Magistrados (as) e Servidores (as)	Obrigatório	Res. CNJ No 305 de 17/12/2019 - Art. 7º; Res. ENAMAT 27/2022
Curso de Minuta de Sentença	15/08	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	
Cooperação Judiciária	19/08	Magistrados (as) e Servidores (as)	Recomendado	
Curso de Produção de Textos Jurídicos	20/08	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	
Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro - Questão Racial	22/08	Magistrados (as) e Servidores (as)	Recomendado	Res. CNJ No 440 DE 07/01/2022 - ART. 4º
Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades	26/08	Magistrados (as) e Servidores (as)	Recomendado	Res. CNJ No 425 de 08/10/2021
Curso de Direitos Humanos	28/08	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	RESOLUÇÃO Nº 598, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024.



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS



Setembro/2025

SETEMBRO				
Atividades	Data prevista	Público-alvo	Condição	Previsão Normativa
Plano Anual de Capacitação das Áreas de Aquisições	04 e 05/09	Servidores(as) que atuem na área	Obrigatório	Res. CNJ No 347 de 13/10/2020 - Decreto 10.024/2019 - Art 16;
Plano Anual de Capacitação Controle Interno	11 e 12/09	Servidores(as) que atuem na área	Obrigatório	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3289
Curso de Juros e Correção/Atualização monetária e incidência tributária	16/09	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	
Curso de Comunicação e Relacionamento Interpessoal	18/09	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	
Desenvolvimento Gerencial (Encontro de Gestores - Indicadores de Desempenho em Audiências: Melhorar Resultados com Sistemas Eletrônicos	24 a 26/09	Servidores (as) (Gestores(as)	Obrigatória	Art.5o, Anexo II, da Portaria Conjunta no 3, do STF; no art. 5o, §§ 3o a 5o da Lei no 11.416/2006 e nos art.8o, V e §2o da Resolução 159/2015 do CSJT
Curso de Precedentes no Processo do Trabalho	29/09	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Recomendação Nº 134 de 09/09/2022
Gestão de Mudanças e Resiliência Profissional;	30/09	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS



Outubro/2025

OUTUBRO				
Atividades	Data prevista	Público-alvo	Condição	Previsão Normativa
Reciclagem Anual da Atividade de Segurança	01/10 a 20/11	Servidores(as)	Obrigatório	Res. CSJT No 315, de 26 de novembro de 2021.
3ª Semana de Integração dos Servidores da SETIC	20 a 24/10/2025	Servidores(as) que atuem na área	Obrigatório	Res. CNJ No 443 de 17/01/2022 - Art 3o
Curso de Elaboração de Minuta de Voto	14/10	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	RESOLUÇÃO Nº 591, DE 23 DE SETEMBRO DE 2024
Curso Avaliação Biopsicossocial da Pessoa com Deficiência, destinado à equipe multidisciplinar da Saúde	16/10	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 401 de 16/06/2021
Curso de Sistema SIGs, destinado a servidores da área de saúde	20/10	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 294 de 18/12/2019
Curso de Produção de Vídeo e Áudio, Design e gestão de dados para área de Comunicação	22/10	Servidores(as)	Levantamento Estratégico das Unidades	
Curso de Liderança Feminina - alinhado à Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina	24/10	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantamento Estratégico das Unidades	Resolução Nº 255 de 04/09/2018

AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS



Novembro/2025

NOVEMBRO				
Atividades	Data prevista	Público-alvo	Condição	Previsão Normativa
Curso em Legislação de Pessoal	03/11	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	Resolução Nº 192 de 08/05/2014
Cursos de finanças públicas, Tesouro Gerencial e atualização em retenções tributárias	06/10	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	Resolução Nº 547 de 22/02/2024
Curso de Admissibilidade do Recurso de Revista	10/11	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	
Curso de Crédito de Carbono e Compensação Ambiental de gases de Efeito Estufa	13/11	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	Resolução Nº 594 de 08/11/2024
Curso de Gestão do Tempo e Produtividade	17/10	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	
Curso de Gestão Pública	18/11	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	
Curso de Atendimento Inclusivo ao público: Estratégias para o	20/11	Magistrados (as) e	Levantament o Estratégico	Resolução Nº 401 de 16/06/2021
atendimento a Grupos Minorizados e Pessoas com Deficiência		Servidores (as)	das Unidades	
Curso de Gestão de Redes e Estratégias Digitais, voltado para área da Comunicação	24/11	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	Resolução Nº 370 de 28/01/2021
Curso de Processo de Sindicância e Administrativo Disciplinar (PAD)	27/10	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	Resolução Nº 563 de 03/06/2024
Curso de Elaboração de Ementas (Recomendação CNJ no 154/2024)	28/11	Magistrados (as) e Servidores (as)	Levantament o Estratégico das Unidades	RECOMEND AÇÃO N. 154 DE 13 DE AGOSTO DE 2024



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS

MACRODESAFIO	PERSPECTIVA	ALINHAMENTO ESTRATÉGIA NACIONAL- RESOLUÇÃO 325	ALINHAMENTO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO TRT14	ALINHAMENTO PAC - GESTÃO DE PESSOAS	DIRETRIZES ENAMAT	CONSOLIDAÇÃO
Sociedade	Garantia dos Direitos Fundamentais	Cursos referentes à diversidade, semana da mulher, assédio moral e sexual, acessibilidade à pessoa com deficiência.	Seminário Assédio Moral e Sexual	Liberdade e Intolerância Religiosa, Curso de Ética no Serviço Público, Curso de Identidade de Gênero e Respeito à Diversidade,	Seminários sobre a Erradicação do Trabalho Escravo; Seminários sobre o Tráfico de Pessoas; Seminário sobre Violência de Gênero; Oficinas sobre o Protocolo para a atuação com Perspectivas Antidiscriminatória; Seminário Trabalho como Instrumento de Inclusão Social; Seminário Combate ao Trabalho Infantil, Seminário referente a Resolução 351 (prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação); Seminário Capacitismo, Seminário questão de Raça.	1 - Trabalho Seguro e Erradicação do Trabalho Escravo; 2 - Tráfico de Pessoas; 3 - Seminário sobre Identidade e Violência de Gênero; 4 - Oficinas sobre o Protocolo para a atuação com Perspectivas Antidiscriminatória; 5 - Seminário Trabalho como Instrumento de Inclusão Social; 6 - Seminário Combate ao Trabalho Infantil, 7 - Seminário referente a Resolução 351 (prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação); 8 - Seminário Capacitismo, Acessibilidade e Inclusão e direitos das pessoas com deficiência; 9 - Seminário questão de Raça; 10 - Liberdade e Intolerância Religiosa; 11 - Curso de Ética no Serviço Público; 12 - Curso de Diversidade Sexual; Curso de Reciclagem na Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS; 13 - Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem; 14 - Política Nacional em atenção às pessoas em situação de rua; - 15 - Saúde e Qualidade de Vida no Ambiente do Trabalho.
	Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade	Projeto Antologia Poética que tem por alusão algumas datas comemorativas, bem como o Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e o Natal. Projeto este que oportunizam Magistrados(as), Servidores(as) e público externo, confeccionarem poemas e através deste construir um e-book. Projeto Athena Jus. Trabalho Seguro; Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem. Combate ao Trabalho Análogo a Escravo.		Política Nacional em atenção às pessoas em situação de rua, Política Judiciária sobre Pessoas Idosas, Cursos de Responsabilidade Socioambiental (Educação socioambiental; inteligência emocional; gerenciamento de tempo, etc). Curso de acessibilidade e conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência.		1 - Projeto Antologia Poética; 2 Projeto Athena Jus; 3 - Cursos de Responsabilidade Socioambiental.

AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS PARA O ANO DE 2025 POR MÊS

Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Encontro de Gestores, Encontro dos Oficiais de Justiça, Curso de Formadores, Clima Organizacional.			Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunais. Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho.	1 - Encontro de Magistrados; 2 - Encontro de Gestores; 3 - Encontro dos Oficiais de Justiça; 4 - Curso de Formação de Formadores; 5 - Oficina de Clima Organizacional.
	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Capacitação referente ao Sistema Sigeo-JT- para gestores e fiscais			Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunais.	1 - Capacitação referente ao Sistema Sigeo-JT- para gestores e fiscais; 2 - Educação Financeira; 3 - Cursos Seção de Pagamento - Módulo de Passivos; 4 - Módulo Diárias e Passagens no SIGEO-JT.
	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	MACRODESAFIO		Gerenciamento de incidentes de segurança da informação.	Curso de Formação Continuada em Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas.	1 - Segurança Cibernética; 2 - Gerenciamento de incidentes de segurança da informação. 3- Curso de Formação Continuada em Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas.



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS PARA O ANO DE 2025 POR MÊS

Processos Internos	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Formação continuada sobre Sistemas Informatizados, bem como o Sisejud (para as Escolas), PJe Igest e e-gestão, ferramentas básicas para os Oficiais de Justiça, ExePJe, Drive, PJe 1º e 2º grau, Cursos de cálculos trabalhistas básicos e avançados. Sistema Gprec. Cursos de teoria e prática de Minuta de votos e sentenças e despachos. curso com alusão à semana da Execução trabalhista.	Curso PJe; Curso PJeCalc; Curso Sistema Gprec	Curso de Técnicas de Argumentação Jurídica; Curso de Direito Coletivo do Trabalho; Curso de Gestão de Resultados.	Curso de Administração Judiciária, Seminário de Execução, Seminário Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista.	1 - Curso de Administração Judiciária; 2 - Seminário de Execução; 3 - Seminário Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista; 4 - Sistemas Informatizados (Proad, PJe, Igest e e-gestão, ferramentas básicas para os Oficiais de Justiça, ExePJe, Drive, PJe 1º e 2º grau, Cursos de cálculos trabalhistas básicos e avançados. Sistema Gprec); 5 - Teoria e Prática de Minuta de votos, sentenças e despachos; 6 - Gestão de Gabinetes; 7 - Curso de Técnicas de Argumentação Jurídica; 8 - Curso de Direito Coletivo do Trabalho; 9 - Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunais; 10 - Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho; 11 - Curso de Atermadores; 12 - Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas.
	Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	Curso de formação de conciliadores e cursos de conciliação para servidores.		Curso de formação de conciliadores, Cooperação judiciária.	-----	1 - Curso de Formação para Coordenadores de CEJUSCS; 2 - Cursos de conciliação para servidores.
	Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios	Cursos de Precedentes no Processo do Trabalho.		Cursos de Precedentes no Processo do Trabalho.	Seminário sobre precedentes.	1 - Cursos de Precedentes no Processo do Trabalho.
	Promoção da Sustentabilidade	Cursos de Responsabilidade Socioambiental (Educação socioambiental) e o uso das orientações das diretrizes no que se refere a temática nas ações dos cursos presenciais, como a exemplo a utilização de papel reciclado e a não impressão de materiais. Semana da Diversidade; Projeto Chás com Elas. Crise climática e Trabalho. Ambiente de Trabalho e Crise Ambiental.		Seminário de Sustentabilidade na Administração dos Tribunais.	Seminário Abril Verde.	1 - Seminário de Sustentabilidade na Administração dos Tribunais (Crise climática e Trabalho; Ambiente de Trabalho e Crise Ambiental).



AÇÕES EDUCACIONAIS PREVISTAS
PARA O ANO DE 2025 POR MÊS

	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	Curso de gestão de Gabinetes, Cursos de Liderança, Gestão de Teletrabalho, Administração Humana, Cursos voltados à gestão e fiscalização de contratos; Gestão de Riscos na Administração Pública.		Cursos de Relações Interpessoais no Trabalho; Curso sobre Comunicação interpessoal; Encontro anual - Semana da diversidade - direitos humanos, gênero, raça e etnia - Chá Com Elas, Assédio sexual e moral, Relações Interpessoais no Trabalho; Cursos de Sindicância; Gestão de Processos; Gestão de Projetos; Tratamento de denúncias, fraude e corrupção; Tratamento de denúncias, fraude e corrupção. Curso de Atualização da Lei nº 8112/90; Curso de Gestão de Contratos e Curso de Licitações; Curso de aposentadoria, pensão e abono de permanência - concessão e cálculos dos benefícios; Curso de Atermadores;	Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunais, Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho.	1 - Cursos de Liderança; 2 - Gestão de Teletrabalho; 3 - Relações Interpessoais no Trabalho; 4 - Inovação e Humanização da Administração Pública nos Tribunais; 5 - Cursos voltados à Gestão e Fiscalização de contratos; Gestão de Riscos na Administração dos Tribunais; 6 - Implementação do Projeto Político Pedagógico no âmbito das Escolas Judiciais; 7 - Curso Sisejud; Curso Estudo de Metodologias Ativas; 8 - Cursos de Sindicância; Gestão de Processos e Gestão de Projetos; 9 - Tratamento de denúncias, fraude e corrupção (Auditoria); 10 - Curso de Atualização da Lei nº 8112/90 (Curso de aposentadoria, pensão e abono de permanência - concessão e cálculos dos benefícios).
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Encontro de Gestores, Encontro dos Oficiais de Justiça; Curso de Formadores; Clima Organizacional.		-----	Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunais, Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho.	1 - Encontro de Magistrados; 2 - Encontro de Gestores; 3 - Encontro dos Oficiais de Justiça; 4 - Curso de Formação de Formadores; 5 - Oficina de Clima Organizacional.
	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	Capacitação referente ao Sistema Sigeo-JT- para gestores e fiscais.		-----	Curso de Formação Continuada em Administração de Tribunais.	1 - Capacitação referente ao Sistema Sigeo-JT- para gestores e fiscais 2 - Educação Financeira 3 - Cursos Seção de Pagamento - Módulo de Passivos; 4 - Módulo Diárias e Passagens no SIGEO-JT.
	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	Segurança Cibernética; Cursos sobre LGPD.		Gerenciamento de incidentes de segurança da informação,	Curso de Formação Continuada em Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas.	1 Segurança Cibernética 2 - Gerenciamento de incidentes de segurança da informação. 3- Curso de Formação Continuada em Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas.



